

**TENSÕES NA OCUPAÇÃO URBANA DE UMA REGIÃO INDUSTRIAL: desafios para uma abordagem política de responsabilidade social corporativa**

**ANDRÉ LUIZ CASTRO DE SOUSA**  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ (UFC)

**THAYS LYANNY DA CUNHA GARCIA DA ROCHA**  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ (UFC)

**MÔNICA CAVALCANTI SÁ DE ABREU**  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ (UFC)

Agradecimento à órgão de fomento:

Os autores agradecem ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pelo apoio financeiro concedido através das cotas de bolsas de pós-graduação.

# **TENSÕES NA OCUPAÇÃO URBANA DE UMA REGIÃO INDUSTRIAL: desafios para uma abordagem política de responsabilidade social corporativa**

## **1 INTRODUÇÃO**

O processo de industrialização do Brasil mostra importantes transições socioeconômicas e profundas implicações sobre o território, a partir da abertura para o mercado internacional, que diante do acirramento da concorrência expandiu a produção industrial, concentrada antes na região Sudeste do país para outras regiões como o Nordeste (PIQUET, 2002). Nesse sentido, como uma região a ser desenvolvida, a industrialização do Nordeste de forma ampla é permeada por diversos incentivos e planos com foco no desenvolvimento de polos industriais através das políticas de desenvolvimento regional (ALBUQUERQUE, 2004).

No Ceará, com o objetivo de atrair indústrias e promover o crescimento econômico, foram criados o Fundo de Desenvolvimento Industrial (FDI) e a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), cuja função fora conceder incentivos que envolviam implantação, funcionamento, realocização, ampliação e até recuperação de indústrias.

É na região metropolitana de Fortaleza, onde se localiza um polo industrial de relevância no Nordeste, no município de Maracanaú, conhecido como Distrito Industrial de Fortaleza (DIF), composto por três grandes áreas de concentração (I, II e 2000). O crescimento populacional da cidade de Maracanaú tomou grandes proporções nas últimas décadas, tendo como principal causa a construção de conjuntos habitacionais voltados para a população de baixa renda, geralmente alocados nas proximidades dos distritos industriais. O público destes conjuntos fora, sobretudo, a classe trabalhadora que buscava moradia a preços mais atrativos em relação a capital, ou que trabalhava no próprio Maracanaú (ALMEIDA, 2005; MAGALHÃES NETO, 2013).

Apesar da literatura sobre distritos industriais se concentrar no desenvolvimento econômico de regiões, existe uma parcela desta que foca em outros elementos que integram preocupações de âmbito social e ambiental (PUPPIM DE OLIVEIRA, 2008; LUND-THOMSEN; NADVI, 2010; LUND-THOMSEN; PILLAY, 2012; LUND-THOMSEN; LINDGREEN; VANHAMME, 2016). Nesse sentido, uma nova perspectiva parece ser pouco explorada: a forma como as aglomerações industriais cooperam para o desenvolvimento regional e como a ocupação do espaço é regulada para garantir que as comunidades ocupem os territórios de forma segura e devidamente afastada dos parques industriais.

O foco deste estudo é o DIF I, que é o maior daqueles presentes na cidade de Maracanaú, tanto em ocupação territorial, quanto em número de indústrias, correspondendo a uma área de 1.100 hectares nas quais, segundo Secretaria de Desenvolvimento Econômico de Maracanaú (2018), estariam lotadas 100 indústrias de vários portes, justificando assim a opção por esta delimitação. A presença de grandes empresas investindo na região e contribuindo de forma significativa para a arrecadação municipal, contudo, não fornece garantias de qualidade de vida aos cidadãos da cidade do Maracanaú, pelo contrário fortalece as tensões pelo espaço compartilhado entre a atividade industrial e a moradia urbana.

A discussão proposta neste artigo é entender os possíveis desafios presentes nas articulações entre atores em uma realidade de tensão. Quais são suas ações para solução de um problema que expõe a fragilidade institucional de uma região, numa perspectiva contemporânea da responsabilidade social corporativa política (SCHERER; PALAZZO, 2011; den HOND *et al.*, 2014; SCHERER; PALAZZO; MATTEN, 2014; SCHERER *et al.*, 2016; SHIRODKAR; BEDDEWELA; RITCHER, 2016; SCHERER, 2018), mediante a constatação da existência de

comunidades inseridas dentro do Distrito Industrial de Maracanaú e no seu entorno, num claro desrespeito às condições estipuladas desde a concepção dos distritos industriais.

Nesse contexto, pretende-se neste estudo responder a seguinte questão de pesquisa: qual o entendimento das empresas e instituições sobre a ocupação urbana no Distrito Industrial de Fortaleza? Em que sentido elas se articulam ou se relacionam para solução desse problema? Para isso, o objetivo geral da pesquisa é investigar quais são as percepções das empresas e instituições no que tange a ocupação do espaço industrial em Maracanaú por comunidades e que atitudes e articulações são realizadas nesse sentido.

Foram realizadas entrevistas com gestores de grandes indústrias e instituições da sociedade civil do distrito industrial I. O tratamento dos dados foi realizado com suporte do software NVIVO®, que contribuiu para organização das categorias estudadas, observando-se os preceitos da análise de conteúdo segundo Bardin (2011). A seguir apresenta-se o referencial teórico que embasa o estudo e as demais seções discorrem acerca da metodologia, apresentação dos resultados, considerações finais e referências, respectivamente.

## **2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

O embasamento teórico para esta pesquisa concentra-se nas características de formação de um distrito industrial e as especificidades do distrito industrial de Fortaleza, bem como, a discussão que se faz em torno da responsabilidade social corporativa na perspectiva política.

### **2.1 Distrito industrial: principais características**

O entendimento acerca da ocupação e formação de um espaço industrial é importante para a compreensão das possíveis tensões que possam surgir a partir de sua existência e interação com o meio externo, como a presença de comunidades em seu entorno. A formação dos espaços se constituem a partir de uma estrutura social da base e a explicação de seu processo de formação considera também sua organização e desenvolvimento (CASTELLS, 1983). Conforme Carvalho (2009) a relação de ocupação do espaço industrial e urbanização torna-se complexa a partir da interação e interesses de diversos atores nos benefícios econômicos do espaço.

Segundo Gordon e McCann (2000) a existência de aglomerações industriais é justificada, sobretudo, por uma lógica econômica que busca reduzir os custos externos, como por exemplo a obtenção de redes de comunicação comuns, transportes e superação de distâncias para produzir e escoar. Tais vantagens foram primeiramente reconhecidas por Marshall (1996) e ficaram conhecidas como “economias externas marshallianas” e fazem parte da dinâmica das empresas inseridas em um distrito (SCHMITZ; NADVI, 1999).

O trabalho de Marshall (1996) propôs três razões pelas quais a divisão do espaço entre as indústrias é vantajosa, a primeira delas está relacionada a melhoria na obtenção de mão-de-obra especializada, como também o aumento da oferta local de insumos necessários à produção e, por último, o fluxo de informações e compartilhamento de ideias. As inter-relações sociais, portanto, políticas e econômicas, compõe a essência de um distrito industrial, que influenciam o funcionamento de cada indústria e do distrito de forma mais ampla, compondo a atmosfera industrial de Marshall (SCHMITZ; NADVI, 1999; GORDON; MCCANN, 2000).

Quando criado por meio de intervenção governamental para promover o desenvolvimento econômico de determinada região, o distrito industrial tem características exógenas. A característica endógena ocorre quando já existem indústrias em uma localidade que passam a se

relacionarem por meio de ações conjuntas (MCCANN; FOLTA, 2009). Os distritos industriais podem, dessa forma, ser compostos por grupos de empresas em forma de redes em determinado espaço geográfico, com indústrias especializadas baseadas na divisão produtiva do trabalho entre elas (MARSHALL, 1996).

Uma revisita ao argumento de Marshall é feito por Porter e Solvell (1998) quando definiram que além das economias externas, a devida aproximação das empresas sugere uma troca de informações e de conhecimento, que dão coesão e ganhos em termos de competitividade, gerando assim a teoria dos *clusters*. Os *clusters* são concentrações geográficas de empresas interconectadas, com fornecedores especializados e provedores de serviços, além de instituições associadas, como por exemplo, escolas, universidades e associações comerciais em locais específicos que competem, mas também cooperam (PORTER; SOLVELL, 1998).

As associações de empresas atuam nessa rede enquanto “instituições intermediárias”, uma vez que operam entre empresas, comunidades, economias e políticas locais desempenhando papel primordial nos *clusters* industriais, com referência à integração de valores locais e sociais facilitando a comunicação entre as empresas e a comunidade (BATTAGLIA *et al.*, 2010). A presença de associações empresariais em distritos industriais é enfatizada como um grande benefício para a implementação de iniciativas sociais e ambientais (BLACKMAN; KILDEGAARD, 2010; LUND-THOMSEN; PILLAY, 2012). No entanto, a presença desse tipo de associação nem sempre cumpre o papel de viabilizar a comunicação para a disseminação de práticas ambientais e de responsabilidade social corporativa tendo em vista a variação nos interesses divergentes de membros do distrito (LUND-THOMSEN; LINDGREEN; VANHAMME, 2016).

O Brasil experimentou, a partir de 1990, sobretudo em face da exposição de seu mercado interno à concorrência internacional, um novo mapa locacional de sua indústria (MAGALHÃES NETO, 2013). Em referência ao desenvolvimento industrial brasileiro, Carvalho (2009) afirma que devido a internacionalização dos mercados e empresas, o poder público preocupou-se em organizar o espaço urbano central com o objetivo de equilibrar a ocupação desse espaço por meio da criação de diversas formas de organização industrial, como as zonas industriais, parques industriais, distritos industriais e *tecnopolos*.

Apesar da distribuição dos espaços industriais brasileiros se concentrarem em áreas distantes dos grandes centros urbanos, estes continuam ligados, pois proporcionam interação e acesso ao mercado existente no espaço industrial, terrenos amplos e de fácil aquisição, além de mão de obra mais barata (CARVALHO, 2009). A implantação de distritos industriais no Brasil está relacionada a busca por estratégias de desenvolvimento que deveriam ser gerenciados por diversas instâncias do poder público no sentido de melhor definição da política de incentivos (MATTOS, 2006). Segundo Carvalho (2009) o interesse do Estado e das empresas para a viabilização da implantação de espaços industriais é ocasionado por arranjos institucionais que viabilizam a lógica produtiva e o desenvolvimento econômico.

No Ceará, por exemplo, a presença das indústrias participando no mercado nacional e estrangeiro é cada vez mais frequente. De início essa alocação se deu basicamente na capital e municípios da região metropolitana, onde se instalaram novas empresas em resposta aos programas para incentivar à industrialização, promovidos pelo governo estadual (MAGALHÃES NETO, 2013). Como implicações do rearranjo do espaço geográfico é possível observar o crescimento acelerado da atividade industrial, o que resultou na aglomeração metropolitana, em virtude da concentração de unidades fabris e acúmulo de riquezas no local (MAGALHÃES NETO, 2013; ARAÚJO, 2007).

A indústria cearense, segundo Magalhães Neto (2013), ainda está longe de constituir um parque industrial diversificado com elevado padrão de competitividade, tendo em vista que nos seus setores industriais ainda predominam o desenvolvimento de modelos clássicos de processos de produção e o recrutamento de força de trabalho pouco especializada. Quando se observa a organização industrial em Maracanaú, foco deste estudo, percebe-se que a política de industrialização adotada ressaltou o poder de atração da área metropolitana, como *locus* técnico e operacional objetivando a concretização de investimentos (MAGALHÃES NETO, 2013). O DIF I, na visão de Carvalho (2009) e Magalhães Neto (2013), assim como a maioria dos distritos industriais brasileiros, não possuem totalmente as características fundantes de um distrito. A ausência de algumas dessas propriedades evidencia a razão de o DIF I não se configurar rigidamente como uma forma de organização industrial que atenda a critérios específicos de produção, e que ao contrário do padrão, se aglomera atendendo a outros princípios e interesses (CARVALHO, 2009).

Carvalho (2009) em um estudo sobre o distrito industrial de Fortaleza, revelou que o DIF I, por se apresentar como nova possibilidade de localização, atraiu também o capital estrangeiro, dado o aumento da quantidade de empresas multinacionais que instalam suas unidades produtivas no local, ou fazem parte da composição acionária. O fato de as indústrias se localizarem no DIF I não está mais comumente vinculado à oferta de mão de obra residente em Maracanaú, apesar de a princípio esse fora definido com um dos fatores mais propagados para a atração de indústrias para o local (CARVALHO, 2009).

Em sua concepção, o distrito industrial de Fortaleza deveria atender a critérios específicos, tais como: estar situado a pelo menos 12 km do mar, para se esquivar dos efeitos da maresia aos maquinários, bem como não representar desgastes das atividades agrícola e pecuárias da região. Outro critério era a localização em posição específica, geograficamente falando, de modo que os ventos não carregassem a poluição provocada pelas indústrias aos centros urbanos (MAGALHÃES NETO, 2013).

Desse modo, a administração do espaço produtivo e do seu entorno é fundamental para que as atividades industriais não se misturem as moradias urbanas, pois ainda que não seja de amplo conhecimento, o risco está constantemente presente na indústria. Segundo Geng e Hengxin (2009) os parques industriais desempenham um importante e insubstituível papel nas estratégias de desenvolvimento nacional de muitos países, contudo, são conhecidos por agravar problemas ambientais como a poluição, riscos potenciais relacionados a acidentes industriais e problemas ligados a saúde de comunidades locais.

Diante do exposto, é pertinente investigar de que forma as empresas e instituições que compõem um distrito se relacionam para a promoção de interesses não relacionados ao mercado, em especial a regulação do espaço no seu entorno. Para tal, as discussões no cerne da responsabilidade social corporativa política ajudam a enxergar as possibilidades de atuação política das organizações, em especial nos distritos industriais, onde a predominância de determinados valores como a confiança é imprescindível para sua formação.

## **2.2 Responsabilidade social corporativa política**

Na esfera global, as empresas não se limitam a atuar enquanto instituições privadas que operam sob as regras de um determinado sistema legal. Em vez disso, operando em um campo irrestrito, as corporações podem escolher entre vários sistemas legais e determinados critérios

econômicos as fazem escolher o contexto ideal de regulamentação trabalhista, social e ambiental para suas operações (SCHERER; PALAZZO, 2011; SCHERER; PALAZZO; MATTEN, 2014).

O volume excessivo de incentivos promovidos pelos governos locais, na tentativa de atrair as empresas, gera um ambiente propício para as negociações legais entre os diversos atores, e essa competição emergente de locais e jurisdições pode até levar ao que Scherer e Smid (2000) definiram como "espiral descendente" nas condições sociais e ambientais. Esse "lado escuro" da globalização envolve, dentre outras características, a lógica implacável do mercado que leva as empresas a almejar custos cada vez mais baixos, obrigando as nações que buscam se desenvolver economicamente a diminuir sua capacidade regulatória em uma corrida descendente (EDEN; LENWAY, 2001).

Em outros termos, no cenário pós-moderno definido pela globalização, as organizações com capacidade para escolher entre quais países pretende operar, certamente irão optar por aqueles cuja capacidade de regulamentação e forças institucionais estejam relativamente mais frágeis (EDEN; LENWAY, 2001; SCHERER; PALAZZO, 2011). Essas premissas são essencialmente verdadeiras para as economias em desenvolvimento (SHIRODKAR; BEDDEWELA; RITCHER, 2016). Nesse contexto, surgem reflexões acerca da responsabilidade das empresas, onde estudos mais recentes sugerem uma nova abordagem de responsabilidade social corporativa, RSC, afastada da noção instrumental a qual geralmente se dedicam estudos empíricos sobre o tema (SCHERER; PALAZZO, 2011; SCHERER, 2018).

É notável a centralidade da abordagem econômica para justificar a adoção da responsabilidade social, tendo sob moeda de troca a ideia de "competitividade", "estratégia" e retornos dos mais variados aspectos (GARRIGA; MELÉ, 2004; SCHERER *et al.*, 2016). A abordagem política da RSC, pelo contrário, leva em consideração a multiplicidade de características e contextos institucionais em diversos países. No contexto pós-moderno, justificam Scherer e Palazzo (2011), a capacidade do estado-nação de regular as atividades empresariais, fornecer os bens públicos com qualidade, além de evitar ou compensar externalidades, está diminuindo, devido à complexidade e variabilidade das condições presentes após o advento da globalização dos mercados.

Onde o Estado não cumpre seu papel em fornecer as bases para a cidadania e a proteção de sua população, seja por ineficiência ou negligência, justifica-se, pois, uma atuação de agentes não-estatais para reequilibrar essas distorções (SCHERER *et al.* 2016). Nesses cenários, cabe a ONGS, sociedade civil organizada e as multinacionais o papel de dialogar entre si e com o governo para buscar preencher as lacunas da fragilidade institucional. Para isso, uma organização pode incitar ou participar na mudança do ambiente político em direção a questões sociais e ambientais, apropriando-se de apoio político em certas áreas (ZHAO, 2012).

den Hond *et al.* (2014) evidenciam que muitas empresas multinacionais buscam participar através dos canais políticos tradicionais, exercendo contínua pressão sobre outros atores, sejam eles econômicos ou não. A RSC política é uma abordagem de responsabilidade social com forte influência da ciência política, e considera a participação, de forma positiva, dos agentes não-estatais nas decisões políticas e na promoção de bens públicos em contextos de fragilidade institucional (SCHERER; PALAZZO, 2011; den HOND *et al.*, 2014).

A definição de Scherer *et al.* (2016) de responsabilidade social corporativa política, RSCP, é especialmente simbólica, pois resgata todos os elementos até então discutidos neste tópico. O conceito envolve atividades das firmas que as transformam em atores políticos, envolvendo-se em deliberações públicas e decisões coletivas nos casos em que as autoridades competentes são incapazes ou não querem desempenhar o seu papel. Dentro dessa perspectiva as empresas surgem

como solucionadoras de problemas sociais e promotoras do bem público, ou ainda, levantam debates e atuam politicamente para promover demandas locais ou globais (SCHERER *et al.*, 2016).

Essas ações políticas, divergem daquelas voltadas para o atendimento único das necessidades das organizações e sua capacidade de influenciar a esfera política para satisfazer seus próprios interesses, tal como proposto pelo conceito de atividades políticas corporativas (APC) (den HOND *et al.*, 2014). Os estudos em APC exploram a forma como as empresas e associações de indústria usam do lobby para retroalimentar seus interesses econômicos e influenciar o ambiente institucional (SCHERER; PALAZZO; MATTEN, 2014). APC deve, dentro da perspectiva da RSCP, se alinhar a RSC, de modo que uma contribua para os objetivos da outra, e não apresentem propósitos distintos. As organizações devem manter sintonia entre sua atuação política e seu compromisso com a sociedade (den HOND *et al.*, 2014).

As empresas privadas podem, portanto, contribuir de forma espontânea para promover a institucionalização das questões sociais latentes e também liderar para o desenvolvimento social e ambiental. Crane, Matten e Moon (2008) sugerem que é preciso ir além do refrão cotidianamente repetido de que as empresas simplesmente não têm poder para deliberar tais questões, ou que elas não têm lugar na política, para que se analise adequadamente os papéis e impactos muito reais que elas tiveram sobre o ambiente e sobre a política ambiental. Essa discussão é aplicável também a outras preocupações, tais como normas trabalhistas e atividades anticorrupção (SCHERER; PALAZZO, 2011; SCHERER *et al.*, 2016; SCHERER, 2018).

Scherer e Palazzo (2011) expõem que as corporações se tornam politizadas de duas maneiras, a primeira delas é operando com uma compreensão ampliada da responsabilidade; ajudando a resolver problemas políticos em cooperação com outros atores privados, estatais e figuras da sociedade civil, a segunda se demonstra através do envolvimento em processos de auto regulação, tornando-se sujeitos em novas formas de processos democráticos de controle e legitimidade. Zhao (2012) expõe que a responsabilidade social corporativa também funciona como legitimador das organizações perante as instituições, facilitando assim a comunicação entre ambos, gerando um cenário propício para ascensão ao cenário político tradicional.

A necessidade de integrar a responsabilidade social para a arena política é especialmente desafiadora para as organizações que operam em economias emergentes, pois nelas as firmas se deparam com diferentes demandas sociais e institucionais e estão imersas numa complexa rede de influências (SHIRODKAR; BEDDEWELA; RITCHER, 2016). De encontro a esse argumento, Scherer e Palazzo (2011) esclarecem que as fronteiras entre as atividades políticas e econômicas se misturam porque as empresas, de forma particular as multinacionais, estão sob a pressão política das ONGs e algumas delas, como reação, já começam a operar com um conceito de responsabilidade politicamente ampliado.

Esse cenário da RSCP traz reflexões excepcionais para o contexto brasileiro, enquanto país emergente. No Brasil, e especialmente no Ceará, a promoção da industrialização se deu através de inúmeros incentivos econômicos, que atraíram grandes empresas nacionais e multinacionais para as proximidades da capital cearense (ALMEIDA, 2005; ARAÚJO, 2007; MAGALHÃES NETO, 2013). No âmbito do distrito industrial de Fortaleza, embora o planejamento inicial do DIF I, foco do estudo, tenha levado em consideração o necessário afastamento dessas unidades fabris em relação às moradias, a presença de comunidades anos depois nas imediações das fábricas demonstra o atendimento a múltiplos interesses. Esse cenário representa o desrespeito às condições estipuladas para a ocupação do espaço originalmente destinado a produção industrial (MAGALHÃES NETO, 2013).

Na percepção de Carvalho (2009) e Magalhães Neto (2013), a prefeitura de Maracanaú pode ter negligenciado a ocupação do espaço urbano e, as empresas com capacidade de influenciar e se posicionar frente a essas questões, também se beneficiaram, em partes, com a existência de moradias próximas aos distritos e a possibilidade de mão-de-obra disponível e acessível. A proposta da RSCP nesse artigo, lança um novo olhar sobre os desafios que transpassam o diálogo, acima de tudo político, entre as grandes empresas presentes no DIF I, e destas com as demais instituições públicas e privadas, para atender aos padrões de responsabilidade corporativa no cenário globalizado.

A utilização dos fundamentos da RSCP estrutura uma perspectiva alternativa sobre o papel das grandes empresas presentes no DIF I na atuação política e promoção de bens públicos frente a fragilidade institucional. A lógica da RSC instrumental, como consequência, não satisfaz a amplitude da problemática presente em Maracanaú. Conforme sugerem Waddock e Smith (2000), o ponto central para uma visão política de responsabilidade, deve ser o de entender as relações que as organizações estabelecem nos locais onde se instalaram. Através da construção de relacionamentos de sucesso, baseados na comunicação e na confiança, em que todas as partes interessadas serão mutuamente envolvidas em um relacionamento respeitoso, se avança na solução de problemas com maior eficácia (WADDOCK; SMITH, 2000; MESQUITA, 2007).

Uma atuação politizada dessas organizações com destaque na vida econômica da cidade, é capaz de pressionar a comunicação e o engajamento entre outros atores privados e públicos. Essa articulação garante força ao debate sobre a ocupação do espaço urbano, e as garantias de qualidade de vida para as comunidades próximas, além do devido alinhamento entre os interesses privados e coletivos em um contexto social reconhecidamente precário. A seguir são evidenciados os procedimentos metodológicos para a realização da pesquisa.

### **3 PROPOSTA METODOLÓGICA**

A seguir destaca-se os fundamentos metodológicos para a realização deste estudo, destacando a classificação da pesquisa, a estratégia e técnica de coleta de dados, bem como a forma de apresentação e análise dos dados.

Para fins de classificação, a presente pesquisa é de caráter qualitativo, exploratório e descritivo. Na definição de Denzin e Lincoln (2006), a pesquisa qualitativa consiste em um conjunto de práticas materiais e interpretativas cuja função é dar visibilidade ao mundo e transformá-lo em uma cadeia de representações coletadas por meio de entrevistas, conversas, fotografias, gravações, entre outros. Em complemento, Flick (2009) sustenta que essa forma de pesquisar se baseia nas relações sociais atribuindo relevância as esferas de vida, substituindo as grandes narrativas e generalizações, por estudos mais limitados em termos locais, temporais e situacionais.

Através de uma pesquisa de campo, foram realizadas sete entrevistas com gestores de grandes indústrias e outras duas com líderes em instituições da sociedade civil do distrito industrial I. Essa amostra se deu por acessibilidade, tendo em vista o caráter qualitativo da pesquisa. Ao todo foram realizadas nove entrevistas, cujo instrumento utilizado foi um roteiro de entrevista semiestruturado, que levou em consideração tópicos como a presença das comunidades dividindo território com as empresas e o papel dos diversos atores na solução dessa problemática, procurando entender quais relações estão presentes entre elas e a predominância ou não de comunicação, confiança e engajamento.



Após a coleta dos dados, foi realizada a transcrição das entrevistas e utilização do software NVIVO®, para garantir sistematicidade e objetividade na análise dos dados. Para a interpretação das entrevistas foram utilizadas as técnicas propostas por Bardin (2011) para análise de conteúdo, pois trata-se sobretudo de um estudo do discurso, a forma como os significados se manifestam e são processados pelos sujeitos. Os dados são apresentados a seguir por meio de quadros matriciais, onde são agrupadas as categorias de análise, seu significado, além da apresentação textual de falas consideradas relevantes para a discussão.

#### 4 APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

Para atender ao objetivo de pesquisa proposto foram utilizadas categorias de análise que incluem elementos capazes de identificar como as empresas compreendem a proximidade da comunidade no espaço industrial e, como elas identificam o ambiente institucional e se relacionam entre si, de acordo com as premissas presentes no quadro 1:

Quadro 1 – Categorias de análise

CATEG.	TEMAS	DESCRIÇÃO
Ocupação	Espaço	O espaço é um produto das relações sociais que nele são estabelecidas. Entender como o espaço está organizado é entender como uma sociedade se organiza, fazendo uso dele segundo suas aspirações e necessidades (LIPIETZ, 1988).
	Comunidade	Os benefícios do espaço industrial também podem atrair às comunidades, possibilitando tensões na interação entre estas e as empresas, além de diversos atores que tenham interesses divergentes em determinado território (CARVALHO, 2009).
Ambiente Institucional	Fragilidade	O contexto institucional em economias emergentes, diante do fenômeno da globalização, expõe fragilidades regulatórias para questões sociais e ambientais em favor do desenvolvimento econômico (SCHERER; SMID, 2000; SCHERER; PALAZZO, 2011; SHIRODKAR; BEDDEWELA; RITCHER, 2016)
Relaciona- mento	Comunicação	Intercâmbio informacional com personagens políticos e gestores de outras empresas auxilia na identificação de questões que são política e socialmente mais relevantes para atuar (den Hond <i>et al.</i> , 2014).
	Confiança	O elemento da confiança entre as firmas é um mecanismo essencial para a eficácia na influência política em consonância com os preceitos da responsabilidade social (LIEDONG <i>et al.</i> , 2014). Reconstruir confiança entre firmas agrupadas geograficamente fortalece o relacionamento e o desenvolvimento coletivo (MESQUITA, 2007.)
	Engajamento	As relações positivas permitem que as firmas compartilhem propósitos comuns, enfatizando o engajamento mútuo no diálogo e aceitação, fortalecendo a transparência da informação e a aceitação da responsabilidade (WADDOCK; SMITH, 2000).

Fonte: Elaborado pelos autores (2018).

Foram realizadas sete entrevistas em empresas situadas no distrito industrial I, todas de grande porte, bem como duas entrevistas com instituições inseridas no distrito. Para fins de análise, preservando a identidade dos sujeitos entrevistados e das empresas participantes do estudo, serão as mesmas identificadas utilizando-se de letras aleatórias, vale salientar que as indústrias pesquisadas são em sua maioria exportadoras e atuam em segmentos diversos, como por exemplo, emulsões asfálticas, produção têxtil e distribuição de bebidas não alcoólicas.

Os dados e as categorias de análise presentes nas falas serão expostas ao longo desta seção. Para melhor visualização dos dados serão utilizados os quadros matriciais, que sintetizam os dados

agrupados conforme semelhança semântica das categorias delimitadas (BARDIN, 2011). A seguir apresenta-se os principais resultados da primeira categoria, ocupação:

Quadro 2 - Quadro matricial da categoria “ocupação”.

<b>Categoria ocupação:</b> Como os atores identificam problemas na divisão do espaço e a presença da comunidade nas imediações.	
Temas	Exemplos de verbalizações
Espaço	<p><b>Instituição A:</b> Nessa questão da ocupação dentro do distrito, não pode, as ocupações que têm são ilegais [...] Não existe uma legislação sobre distritos industriais, não existe uma zona de amortecimento entre os distritos e a cidade.</p> <p><b>Empresa B:</b> Deveria ter uma zona de amortecimento do distrito que pudesse ser um cinturão verde, algo desse tipo. [...] não existe barreiras para se ter acesso ao distrito, não tem nada que impede. Tem uma zona de circulação aqui [...] onde tem zonas de cooper no final da tarde. O pessoal tá correndo, fazendo cooper dentro do distrito industrial.</p>
Comunidade	<p><b>Instituição A:</b> Os conjuntos habitacionais vieram para Maracanaú, inclusive o distrito veio com essa intenção, de trazer a construção de casas habitacionais na região metropolitana.</p> <p><b>Empresa B:</b> Se você rodar dentro do distrito industrial você vai ver moradias dentro do distrito industrial. É um distrito industrial ou é uma zona mista?</p> <p><b>Empresa C:</b> Daqui a pouco a gente tem que se adequar à comunidade. Pô, isso aqui é um distrito industrial [...] É óbvio que o Distrito Industrial chama muita comunidade. A gente tem uma comunidade aqui em cima do Distrito Industrial.</p>

Fonte: dados da pesquisa (2018).

As falas dispostas no quadro acima referem-se ao elemento ocupação que está na proposta central da discussão do presente trabalho. Os atores identificam a presença da comunidade como não desejável, gerando o que denominamos tensões, ao entenderem essa ocupação para fins de moradia como um fator preocupante para a gestão das empresas.

Alguns entrevistados afirmam que existem áreas de circulação e atividades de lazer para a comunidade dentro do próprio distrito industrial. Empresas e instituições sinalizam a falta de aspectos estruturais na organização do espaço do distrito industrial, tais como a ausência de zonas de amortecimento e cinturão verde. A seguir apresenta-se os resultados da categoria ambiente institucional, conforme quadro 3:

Quadro 3 - Quadro matricial da categoria “ambiente institucional”

<b>Categoria ambiente institucional:</b> Quais instituições são colocadas enquanto solucionadoras de problemas de ordem social.	
Temas	Exemplos de verbalizações
Fragilidade Institucional	<p><b>Instituição A:</b> Desse uso inapropriado do distrito, inclusive de pequenos comércios para atender o operário que sai a empresa e tal, então isso é proibido, não pode ter, então é uma ação que vem do poder público para tirar essas pessoas [...] A instituição tenta, mas o poder público não colabora, então vai ficando lá aquelas pessoas, isso é muito comum aqui.</p> <p><b>Empresa B:</b> O poder público você não vê...o dever público deve com certeza existir bem, mas ele só faz legitimidade do poder. Então quando você passa de uma associação, de um órgão federativo, de uma FIEC ou uma AEDI, é confiável perante as indústrias por que é algo que lhe representa [...] Eu acho que o poder público está meio descredenciado ultimamente.</p>

Fonte: dados da pesquisa (2018).

O tema da categoria ambiente institucional, revela que os entrevistados definem o poder público como o responsável pela organização desse espaço, a ilegalidade de ocupações, falta de planejamento público e infraestrutura. As empresas e associações atribuem ao Estado a responsabilidade pela governança do espaço em Maracanaú, porém não há articulações diretas com o poder público, e ainda reconhecem a ineficiência das instituições públicas ou privadas em resolver questões sociais complexas como essa.

Quadro 4 - Quadro matricial da categoria “relacionamento”

<b>Categoria relacionamento:</b> Como as organizações se relacionam, ou identificam a necessidade de se relacionar, para soluções de problemas comuns.	
Temas	Exemplos de verbalizações
Comunicação	<p><b>Instituição B:</b> Eu acredito que precisamos ainda buscar mais a união entre as empresas aqui do distrito, não que elas sejam desunidas, mas precisa ter mais comunicação [...] Eu acho que falta comunicação.</p> <p><b>Empresa E:</b> As empresas do distrito não se comunicam tão fácil assim.</p> <p><b>Empresa G:</b> É a falta de comunicação, tudo é transparência [...] E também eu acho que vem uma pressão da sociedade, você mostra que tem essa comunicação, essas pressões, essa comunicação com seus <i>stakeholders</i>.</p>
Confiança	<p><b>Instituição A:</b> Então estamos tentando criar a rede de valores entre os empresários para permitir que a confiança cresça e você faça esse conjunto, tem empresas que irão concorrer com o mesmo produto e cliente, empresas que vão fornecer a mesma farmácia, mesma construtora, aí fica bem mais difícil a confiança...</p> <p><b>Empresa A:</b> Não tem (confiança), mas por uma questão de cultura já por muito tempo, as empresas são fechadas em si mesmo. Até o próprio segredo industrial...</p>
Engajamento	<p><b>Empresa A:</b> Agora, em termos de engajamento é difícil se relacionar com outras empresas, é difícil. Falta engajamento das empresas como um todo. A direção geral da empresa de sentido de vontade política de fazer.</p> <p><b>Empresa C:</b> Você ter esse tipo de proatividade é muito difícil. Eu não consigo ver o distrito fazer esse tipo de coisa....</p> <p><b>Empresa E:</b> O que a minha empresa vai, pra onde isso vai levar a minha empresa? Então falta engajamento pra que as coisas andem, você tá num distrito industrial com problemas mútuos e aí, se cada um se preocupa com sua empresa, vai ser muito difícil, precisam se preocupar com o distrito...</p>

Fonte: dados da pesquisa (2018).

Os resultados encontrados nessa categoria identificam o fraco relacionamento entre as empresas para solução de problemas do parque industrial, há práticas pontuais nesse sentido, dentre os elementos resgatados estão a baixa comunicação, ausência de confiança e falta de engajamento para atitudes em conjunto. A ausência do diálogo entre as indústrias e esse olhar só para dentro se reflete na inércia dos avanços para o distrito, as empresas mais engajadas travam diante da falta de mobilização das demais. Nas falas é possível perceber que a lógica econômica se sobrepõe às preocupações sociais.

Essa ausência de relacionamento se reflete até mesmo na negligência do risco inerente às atividades industriais. Os gestores apontam, além da ingenuidade da comunidade em usar o distrito para atividades de lazer e esporte, também a inércia das empresas em estabelecer um Plano de Ação Mútua (PAM). Uma das indústrias entrevistadas, aqui denominada empresa E, identificou a

necessidade de administrar melhor o risco em termos de acidentes industriais diante da proximidade entre elas e da presença da comunidade no entorno. O engajamento da organização não teve efeito diante da falta de interesse das demais em colaborar. A administração de risco de acidentes industriais não é uma realidade para essas empresas em conjunto, que por sua vez se reflete na falta de percepção do risco pela comunidade e demais instituições.

#### 4.1 Discussão dos resultados

Acerca da categoria ocupação, em síntese foi possível observar que os participantes da pesquisa corroboram com os achados de autores que já se dedicaram a estudar o contexto histórico e social do município de Maracanaú, quando se referem a falta de planejamento público na disposição das moradias (ARAÚJO, 2007; CARVALHO, 2009; MAGALHÃES NETO, 2013).

Segundo Magalhães Neto (2013, p. 94) a instalação do DIF I ocorreu de forma criteriosa e planejada, “o que não se deu com a localização de alguns de seus maiores conjuntos habitacionais, fato histórico determinante do agravamento da problemática ambiental no entorno das indústrias que lhes fazem fronteira”. Almeida (2005) afirma que a instalação da indústria e posteriormente dos conjuntos habitacionais no município de Maracanaú provocaram mudanças estruturais e socioeconômicas com destaque para a degradação ambiental afetando assim, a qualidade de vida dos habitantes.

As empresas não afirmaram estar de acordo com ocupações tão próximas, o que sugere que os gestores atuais focam mais em preocupações do que benefícios com a presença de pessoas habitando as proximidades da indústria. Os achados reforçam que diante da criação das unidades habitacionais, novas demandas se apresentam, tais como otimização do nível de emissão de poluentes, emissão de ruídos e outros problemas ambientais que reconhecidamente se reproduzem nos parques industriais (GENG; HENGXIN, 2009).

Onde estão situados os conjuntos habitacionais, por exemplo, deveriam haver áreas verdes e de circulação, conforme a proposta enviada na idealização do distrito, contudo a proposta fora alterada e a vegetação que ajudaria a filtrar parte da poluição emitida pela atividade industrial foi substituída por bairros (ALBUQUERQUE, 2004; MAGALHÃES NETO, 2013). Isso reforça ainda mais o que Scherer *et al.* (2016) definem como ausência e incapacidade das instituições locais de fornecer qualidade de vida as comunidades no contexto da globalização e as tensões criadas durante o desenvolvimento econômico de uma região.

Na segunda categoria definida, ambiente institucional, foi observada a descrença dos atores em relação ao poder público e as demais instituições presentes na região, diante da incapacidade de resolver ou, no mínimo garantir, que o distrito seja considerado enquanto tal. Scherer e Palazzo (2011) argumentam que a RCSP se faz necessária em ambientes como esse, onde o Estado não é capaz de suprir as necessidades sociais, por incapacidade ou falta de vontade. Considerando o que Azizi e Jamali (2016) definiram como Estados frágeis, o contexto institucional de determinadas regiões pode apresentar fragilidades em razão da incapacidade do cumprimento das funções estatais básicas.

Diante da acirrada competição pelo desenvolvimento econômico, as indústrias são atraídas em troca de facilidades e fragilidades em termos de legislação e fiscalização, nivelando as exigências sociais e ambientais por baixo (SCHERER; SMID, 2000; EDEN; LENWAY, 2001). Os incentivos viabilizados por tais Estados não visualizam considerações sobre a continuidade e operação desses *clusters* industriais e como irão operar em cenários futuros, principalmente em países em desenvolvimento.

Logo após a atração dessas indústrias a comunidade surge em seu entorno, de modo que a ausência do zoneamento correto do território reforça essas tensões pelo espaço em vias de desenvolvimento (CASTELLS, 1983). Nesse sentido o aspecto de relacionamento entre as indústrias é necessário para mobilizações em torno de causas sociais pelas quais a fragilidade institucional dos contextos locais não se interessam (WADDOCK; SMITH, 2000). A seguir, destaca-se a última categoria, relacionamento, que compõe temas fundamentais que podem ser adicionados a esta discussão.

Esse cenário encontrado de fragilidade das relações se torna incoerente com o tipo de comunicação que deve haver entre os atores que compõe um distrito industrial, no qual as inter-relações sociais, políticas e econômicas contribuem para a fluidez e busca por soluções conjuntas (SCHMITZ; NADVI, 1999; MESQUITA, 2007). Segundo Gordon e McCann (2000) a confiança é um elemento transformador das relações interfirmas, onde se avança do modelo de pura aglomeração industrial, para uma associação em rede baseada no compartilhamento de valores. A predominância da confiança implica dizer que as empresas estão dispostas a agir enquanto grupo em apoio a objetivos que são mutuamente benéficos (GORDON; MCCANN, 2000; MESQUITA, 2007).

Segundo Waddock e Smith (2000) um bom relacionamento desenvolve-se sob condições de confiança, abertura ou transparência, e engajamento honesto em processos dialógicos de modo que interesses mútuos sejam representados. Quando há problemas significativos com as políticas ou as interações, ou ainda que não há interação, os investimentos fora das atividades tradicionais das organizações se limita (WADDOCK; SMITH, 2000).

Quando entra em pauta o aumento de custos, ninguém está disposto a ir além do mínimo legal, situação geralmente encontrada em locais onde os incentivos foram grandes demais, ou seja, a facilidade fora a regra (SCHERER; SMID, 2000). Scherer *et al.* (2016) expõem que o futuro da RSCP engloba questões de ordem relacional e também individual, investigar, pois, como está o relacionamento entre essas indústrias é fundamental para que se compreenda como elas buscam se mobilizar em torno de uma causa comum.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir dos achados desta pesquisa de campo exploratória é possível descrever um cenário prévio acerca da preocupação das indústrias sobre a regulação do espaço em Maracanaú, diante da proximidade das comunidades, e de que forma essas demandas se apresentam entre elas e quais ações de desenvolvem nesse sentido. Em síntese, os resultados sugerem que as empresas e instituições atribuem ao Estado a competência pelo controle do espaço e limitam-se a levar essas queixas a instituições que representam o setor, transferindo assim a responsabilidade a terceiros.

Embora as associações e federações possuam essa função de representar as indústrias em discussões com o governo e outras instituições, algumas falas sugerem que esse tipo de atuação não acontece e do contrário, quando as demandas chegam a prefeitura, por exemplo, essa se esquia e nenhum debate mais profundo é realizado.

Na categoria espaço, quando se trouxe a presença da comunidade utilizando-se do distrito industrial para atividades de lazer e esporte, é possível associar que a comunidade do entorno, no geral, ignora ou não tem consciência do risco inerente a presença da indústria. A ausência do plano de ação mútua para o distrito reflete o inexpressivo relacionamento e engajamento das empresas, pois as mesmas não executam ações conjuntas quando os custos não representam algum retorno financeiro.

Os atores investigados expõem a fragilidade das relações estabelecidas entre empresas e a predominância do segredo industrial. Alguns participantes da pesquisa apontam outros fatores possíveis para essa falta de confiança, tal como a concorrência, tendo em vista a presença de fábricas do mesmo ramo atuando naquela região, comprometendo o compartilhamento de informações e a construção do diálogo.

Esta pesquisa contribui em âmbito acadêmico de diversas formas. Primeiro, a utilização dos preceitos da responsabilidade social corporativa política lança um novo olhar sobre o campo de distritos industriais em um país em desenvolvimento, uma vez que possibilita observar o papel das empresas frente um problema que atinge tanto a elas quanto as comunidades no entorno. Essa discussão poderia ser melhor mediada caso uma delas, ou todas elas, se dispusessem a atuar na esfera política para pressionar o debate sobre a regulação do espaço, a evidenciação do risco e da poluição que é inerente à própria indústria. Segundo, pode-se destacar a inclusão de fatores de ordem relacional tais como a confiança, engajamento e comunicação entre as indústrias e instituições que as representam para o suprimento das lacunas da fragilidade institucional, e como esses fatores são facilitadores da atuação política das empresas. Terceiro, as categorias utilizadas nesta pesquisa podem ser inseridas em novas discussões, teóricas ou empíricas, no que tange a responsabilidade social corporativa política.

Como foi observado ao longo da discussão, a promoção da regulação do espaço é de interesse das empresas e também da sociedade civil, uma vez que garante maior qualidade de vida as comunidades próximas e evita a exposição aos riscos próprios da atividade industrial, fatores que servem de base para as contribuições gerenciais da pesquisa. Diante da inviabilidade e da impossibilidade de deslocamento da indústria ou das comunidades, a questão central que se coloca diante desse contexto é sobre como comunicar o risco da presença da comunidade no entorno do distrito industrial, de modo a promover o debate e conscientização, com uso de influência política, em torno da implementação de um plano de contingência, otimização da emissão de poluentes e o descarte adequado dos resíduos industriais.

As empresas necessitam estar atentas e atuar também de forma política, reconhecendo sua capacidade de influência, para garantir que a comunidade receba o menor impacto possível das atividades produtivas, atividades essas que ocorrem, segundo os próprios entrevistados, “muro com muro” com as unidades habitacionais. Os dados da pesquisa sobre a ocupação nos limites do espaço industrial em um país que proporcionou diversos incentivos econômicos para a instalação industrial, proporciona às instituições governamentais reflexões acerca da consideração de fatores ambientais e sociais presentes e futuros para avaliação de investimentos e incentivos empresariais. Assim, o estudo pode ainda contribuir com novos questionamentos sobre o atendimento a critérios mais bem definidos para a delimitação e zoneamento dos espaços urbano e industrial.

Dentre as principais limitações do estudo, destaca-se a dificuldade no acesso às empresas e instituições do distrito para participação da pesquisa, bem como, a falta de uma estrutura de categorias fixas que permitam a análise empírica na perspectiva da responsabilidade social corporativa política. Para pesquisas futuras, sugere-se a ampliação do escopo das entrevistas, visualizando toda a rede de relacionamentos presentes no DIF I. Essa rede pode englobar desde atores governamentais e as secretarias responsáveis pela coordenação do setor, como também a comunidade na figura de instituições sociais e ONGs, verificando assim a expressividade e relevância de cada um na promoção da discussão sobre o espaço, além do gerenciamento e informação do risco.

## REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, N. Distrito industrial: 40 anos. Fortaleza: Editora Tipoprogresso, 2004.
- ALMEIDA, L. Q. Análise geoambiental como subsídio ao planejamento territorial do município de Maracanaú, CE. **Dissertação (Mestrado em Geografia)**. Fortaleza: UECE, 2005.
- ARAÚJO, N. G. A industrialização no Ceará: breves considerações. **Boletim Goiano de Geografia**, v. 27, n.2, p. 97-114, jan. /jun. 2007.
- AZIZI, S.; JAMALI, D.. CSR in Afghanistan: a global CSR agenda in areas of limited statehood. South Asian. **Journal of Global Business Research**, v. 5, n. 2, p.165-189, 16 jun. 2016.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo, SP: Edições 70, 2011.
- BATTAGLIA, M. *et al.* An innovative model to promote CSR among SMEs operating in industrial clusters: Evidence from an EU project. **Corporate Social Responsibility and Environmental Management**, v. 17, n.3, p. 133–141, 2010.
- BLACKMAN, A.; KILDEGAARD, A. Clean technological change in developing-country industrial clusters: Mexican leather tanning. **Environmental Economics and Policy Studies**, v. 129, n. 3, p. 115–132, 2010.
- CARVALHO, K. B. Territórios produtivos: estudo geográfico do I Distrito Industrial do Ceará. **Dissertação (Mestrado em Geografia)**. Fortaleza: UECE, 2009.
- CASTELLS, Manoel. **A questão urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
- CRANE, A.; MATTEN, D.; MOON, J.. Ecological Citizenship and the Corporation. **Organization & Environment**, v. 21, n. 4, p.371-389, 30 out. 2008.
- den HOND, F. *et al.* Playing on Two Chessboards: Reputation Effects between Corporate Social Responsibility (CSR) and Corporate Political Activity (CPA). **Journal Of Management Studies**, v. 51, n. 5, p.790-813. 2014.
- DENZIN, N.K.; LINCOLN, Y. S. **O planejamento da pesquisa qualitativa: teoria e abordagens**. 2. Ed., Porto Alegre: Artmed, 2006.
- EDEN, L.; LENWAY, S. ‘Multinationals: The Janus Face of Globalization’. **Journal of International Business Studies**, v. 32, n. 3, p. 383–400, 2001.
- FLICK, Uwe. **Introdução à pesquisa qualitativa**. 3. Ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.
- GARRIGA, E.; MELÉ, E. Corporate Social Responsibility Theories: Mapping the Territory. **Journal of Business Ethics** v. 53, n. 1/2, p. 51-71, aug., 2004.
- GENG, Y.; HENGXIN, Z.. Industrial park management in the Chinese environment. **Journal Of Cleaner Production**, v. 17, n. 14, p.1289-1294, set. 2009.
- GORDON, I. R.; MCCANN, P. Industrial Clusters: Complexes, Agglomeration and/or Social Networks?. **Urban Studies**, v. 37, n. 3, p.513-532, mar. 2000.
- LIEDONG, T. A. *et al.* Toward a View of Complementarity: Trust and Policy Influence Effects of Corporate Social Responsibility and Corporate Political Activity. **Group & Organization Management**, v. 40, n. 3, p.405-427, 28 nov. 2014.
- LIPIETZ, Alain. **O capital e seu espaço**. São Paulo: Nobel, 1988.
- LUND-THOMSEN, P.; LINDGREEN, A.; VANHAMME, J. Industrial Clusters and Corporate Social Responsibility in Developing Countries: What We Know, What We do not Know, and What We Need to Know. **Jornal Business Ethics**, v. 133, n. 1, p. 9-24, 2016.
- LUND-THOMSEN, P.; NADVI, K. Global value chains, local collective action, and corporate social responsibility: A review of evidence. **Business Strategy and the Environment**, v. 19, n. 1, p.1–13, 2010.

LUND-THOMSEN, P.; PILLAY, R. G. CSR in industrial clusters: An overview of the literature. **Corporate Governance**, v. 12, n. 4, p. 568–578, 2012.

MAGALHÃES NETO, F. de. A gestão ambiental no Distrito Industrial I de Maracanaú – Região Metropolitana de Fortaleza/CE. 2013. **Tese (Doutorado em Geografia)** - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Rios Claros, 2013.

MARSHALL, A. **Princípios de economia**: tratado introdutório. São Paulo, SP: Nova Cultural, 1996.

MATTOS, M. M. C. L. Os distritos industriais italianos (DII's): uma abordagem institucional preliminar para dialogar com a experiência brasileira. *In*: SILVA, Gerardo & MCCANN, B.T.; FOLTA, T.B. Location Matters: where we have been and where we might go in agglomeration research. **Journal of Management**, v. 34, n. 3, p. 532-565, 2008.

MESQUITA, L. F. Starting over when the bickering never ends: rebuilding aggregate trust among clustered firms through trust facilitators. **Academy of Management Review**, v. 32, n. 1, p. 72–91, 2007.

PIQUET, R. A indústria metropolitana no Brasil muda de lugar e emprega menos. *In*: **Planejamento e território**: ensaios sobre a desigualdade. Rio de Janeiro: UFRJ/IPPUR, 2002.

PORTER, M. E., SOLVELL, O. The role of geography in the process of innovation and the sustainable competitive advantage of firms. *In*: A. Chandler, P. Hagstrom, and O. Solvell (org.) **The Dynamic Firm: The Role of Technology, Strategy, Organizations and Regions**. New York: Oxford University Press: 440–457, 1998

PUPPIM DE OLIVEIRA, J. A. Social upgrading among small enterprises and clusters in developing countries - New challenges for governance. **Proceedings of the International Association for Business and Society**, v. 19, p. 125–136, 2008.

SCHERER, A. G. *et al.* Managing for Political Corporate Social Responsibility: New Challenges and Directions for PCSR 2.0. **Journal Of Management Studies**, v. 53, n. 3, p.273-298, 6 abr. 2016.

SCHERER, A. G. Theory Assessment and Agenda Setting in Political CSR: A Critical Theory Perspective. **International Journal Of Management Reviews**, v. 20, n. 2, p.387-410, 30 jan. 2018.

SCHERER, A. G.; PALAZZO, G. The New Political Role of Business in a Globalized World: A Review of a New Perspective on CSR and its Implications for the Firm, Governance, and Democracy. **Journal Of Management Studies**, v. 48, n. 4, p.899-931, 27 abr. 2011.

SCHERER, A. G.; PALAZZO, G.; MATTEN, D. The Business Firm as a Political Actor. **Business & Society**, v. 53, n. 2, p.143-156, 3 dez. 2014.

SCHERER, A. G.; SMID, M.. ‘The downward spiral and the U.S. model principles. Why MNEs should take responsibility for the improvement of world-wide social and environmental conditions’. **Management International Review**, v. 40, p. 351–71. 2000.

SCHMITZ, H.; NADVI, K. Clustering and industrialization: introduction. **World Development**, Oxford, v. 27, n. 9, p. 1503-1514, 1999.

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DE MARACANAÚ. Lista de empresas do Distrito Industrial I. 2018. Disponível em:<<http://www.maracanau.ce.gov.br/secretaria-de-desenvolvimento-economico/>>. Acesso em: 12 de jun. 2018.

SHIRODKAR, V.; BEDDEWELA, E.; RICHTER, Ulf H.. Firm-Level Determinants of Political CSR in Emerging Economies: Evidence from India. **Journal Of Business Ethics**, v. 148, n. 3, p.673-688, 20 jan. 2016.



WADDOCK, Sandra; SMITH, Neil. Relationships: The Real Challenge of Corporate Global Citizenship. **Business And Society Review**, v. 105, n. 1, p.47-62, mar. 2000.

ZHAO, Meng. CSR-Based Political Legitimacy Strategy: Managing the State by Doing Good in China and Russia. **Journal Of Business Ethics**, v. 111, n. 4, p.439-460, 22 jan. 2012.